

A INDÚSTRIA CHAPELEIRA PORTUENSE ENTRE 1750 E 1852 OFICINAS, FÁBRICAS E MANUFACTURAS ¹

JOSÉ ANTÓNIO REAL PEREIRA RAMADA
(Escola Secundária de Valongo)

Introdução

A produção de chapéus constituiu uma das indústrias² mais antigas e tradicionais da cidade do Porto, estendendo-se desde pelo menos os meados do século XIV até à década de 1940. O seu período de apogeu e maior importância decorreu entre a década de 1790 e a de 1920, tendo esta indústria ocupado, em dois momentos distintos desse período, um dos primeiros lugares no ranking das indústrias portuenses. Atendendo à vastidão temporal em que decorreu a sua acção decidimos limitar o nosso estudo ao período entre 1750 e 1852, procurando analisar e caracterizar a evolução desta indústria oficial e manufactureira desde o início da produção de chapéus de feltro de pêlo (que passaremos a designar por chapéus finos), verificada no período pombalino, até à sua mecanização que teve lugar apenas na segunda metade do século XIX, a partir de 1866. Procuramos conhecer mais de perto a realidade empresarial chapeleira através da diversidade das empresas e empresários de então, desvendar as origens geográficas e profissionais desses empresários, os capitais envolvidos nessas empresas, os condicionamentos que presidiram à sua criação, existência e extinção, bem como alguns elementos sobre os chapéus produzidos, as instalações e tecnologia utilizadas.

Ao longo do período entre 1750 e 1852 regista-se, nas fontes consultadas, uma notória imprecisão de vocabulário. De início, os termos *sombreireiro* e *chapeleiro* designavam quase indistintamente os fabricantes de chapéus, embora como *chapeleiros* fossem também conhecidos os vendedores de chapéus. Mas outros comerciantes como os *sirgueiros* e até *mercadores de capela* podiam vender esta mercadoria, o que deu azo a várias manifestações de conflituosidade entre todos estes intervenientes. Mais tarde, a partir de finais do século XVIII, o termo *sombreireiro* passou a designar apenas os produtores de chapéus grossos, ao passo que eram conhecidos por mestres fabricantes de chapéus finos os *chapeleiros* que produziam esses novos chapéus. A partir do início da década de 1820, o termo *chapeleiro* passou a designar os assalariados na produção de chapéus finos e a partir de 1832-33 esses assalariados, os mestres – proprietários das fábricas de chapéus finos e também os que até então eram conhecidos por fabricantes de chapéus de pêlo de seda.

Também *oficina* e *fábrica* eram termos vagos e imprecisos que se confundiam no vocabulário quotidiano, utilizando-se ainda por vezes como sinónimo do local de produção o termo *laboratório*. Enquanto a *oficina* era considerada como a casa onde se trabalhava qualquer arte mecânica, a *fábrica* era vista como a casa onde se trabalhavam e fabricavam, por exemplo, chapéus. Apesar desta semelhança, o conceito de *oficina* incluía uma dualidade: podia dizer apenas respeito a um quarto ou ao piso térreo ocupado pela actividade profissional de um mestre e seus assalariados ou podia referir-se a uma das várias divisões de

uma fábrica. O próprio termo manufactura, além de outros significados, tinha também o de fábrica ou oficina de artefactos, por exemplo, chapéus. Isso levava a que alguns autores utilizassem o termo fábrica para designar um estabelecimento industrial de maior dimensão do que a oficina, enquanto para outros não era da essência das fábricas o estabelecerem-se em grande, reservando para as fábricas em ponto grande a classificação de manufacturas. A própria Junta do Comércio, ao conceder alvará de fábrica a pequenas oficinas com o objectivo de as libertar das sujeições aos Juizes dos Offícios, ajudava à confusão estabelecida, pois o critério da dimensão do estabelecimento tornava-se inaplicável e criava desigualdades entre os produtores de chapéus grossos e os dos finos, sendo estes últimos claramente beneficiados com a situação, o que provocava protestos dos sombreireiros, como aconteceu em 1791 com os representantes da Corporação de Braga e deu origem à seguinte informação incluída na Consulta da Junta de Comércio datada de 20 de Junho de 1793:

«Mas como a mudança de nome não muda a essencia da couza; e por Fabrica não pode entender-se se não a Officina onde as matérias brutas, ou já preparadas se dispõem a huma nova forma adaptada aos nossos uzos: ou se deve chamar Fabrica a Officina aonde a Lã se converte em Chapéus; ou a Fabrica onde elles se fazem de pelos de Lebre, Castor, & se deve chamar Officina por que tudo he o mesmo».

Apesar desta informação, a posição proteccionista da Junta do Comércio manteve-se, pelo que a tónica da diferenciação passou a ser colocada na existência ou não da divisão técnica do trabalho e na concentração das várias fases da produção no mesmo edifício. A partir dessa realidade, no caso da chapelaria, podemos estabelecer a seguinte distinção:

Oficina era o estabelecimento em que o mestre, sozinho ou com alguns assalariados (por exemplo 1, 2, 3 ou 4 oficiais ou aprendizes), fabricava uma determinada mercadoria (no caso chapéus grossos e mais tarde de seda), registando-se nesse estabelecimento pouca ou nenhuma divisão do trabalho, vendendo-a depois ao público; por isso passamos a designá-la por oficina-loja, enquanto fábrica era, em regra, um estabelecimento maior (em número de assalariados e produção) em que se verificava uma divisão de tarefas: se fosse uma fábrica de pequena dimensão cada oficial executava uma das tarefas sendo, por exemplo, cardador, fulista, apropriador, etc., enquanto nas de maior dimensão vários trabalhadores executavam a mesma actividade, principalmente nas operações de fula e apropriagem, que realizavam em locais diferentes (conhecidos por «casas») que correspondiam cada um a uma oficina. Como manufacturas podemos classificar as duas maiores unidades produtoras, a fábrica de João Pedro de Oliveira Lopes que em 1799, segundo o auto de vistoria então realizado, empregava, só no seu edifício da rua do Sol, 54 homens e um número indeterminado de mulheres e a de Rita Ana Guimarães de Cássia & Filhos que, segundo os respectivos mapas de fábricas, empregava 44 e 58 assalariados em 1814 e 1815.

As fábricas, até 1834, podiam dividir-se em particulares e reais ou privilegiadas. As primeiras não gozavam de qualquer isenção fiscal relativa às matérias-primas importadas enquanto as segundas desfrutavam desse privilégio concedido pelo Alvará de 25 de Junho de 1773 e renovado por legislação posterior. A existência desta situação deu origem a sucessivos pedidos por parte de proprietários de fábricas particulares que procuraram alcançar da Junta de Comércio essa regalia, passando nos casos de deferimento (quase todos no que diz respeito à cidade do Porto) a fazer parte da categoria das fábricas reais ou privilegiadas o que nos permite dispor de informações oficiais sobre as mesmas. A partir de 1834 e até 1852 a pequenez dos estabelecimentos industriais de chapelaria no Porto provocou novamente confusão entre os termos oficina e fábrica o que deu origem à quase total ausência de identificação destas fábricas nas estatísticas industriais de 1845-46 e 1852, devido ao carácter oficial das mesmas, com uma média de 5 operários por empresa.

1. A evolução da indústria chapeleira portuense

Até meados do século XVIII a produção de chapéus no Porto era obra de «sombreireiros», indivíduos que faziam sombreiros ou chapéus de lã, em geral de cor preta, branca ou parda (daqui em diante referidos como chapéus grossos). Estes artífices – mercadores, possuidores do grau de mestre nessa arte, fabricavam e vendiam a sua produção em oficinas-lojas dispersas pelas ruas da parte mais antiga da cidade, não se verificando no Porto o seu arruamento como em Lisboa e estavam sujeitos à jurisdição da respectiva corporação. Era uma produção em pequena escala destinada ao abastecimento do mercado constituído pela população da cidade e zonas mais próximas, já que outras regiões do Norte como Braga, Feira, etc. também produziam esta classe de chapéus. Graças à situação geográfica privilegiada da cidade, exportavam parte da sua produção para o Brasil que se constituía como um mercado apetecível e de grande importância, como veremos.

No período pombalino surgem em Portugal as primeiras fábricas conhecidas de chapéus finos, acumulando algumas destas empresas a produção de chapéus grossos e entrefinos (uma variedade intermédia). Esta nova classe de chapéus, em vez de lã, usava como matéria-prima pêlos de castor, lebre, coelho e, mais tarde, outros animais na preparação do feltro. Tradicionalmente é apresentada como introdutora em Portugal desta nova classe de chapéus a Real Fábrica de Chapéus, situada na Quinta da Garamela em Pombal, estabelecida por Alvará de 24 de Março de 1759, embora algumas pragmatikas e alvarás de 1677, 1686 e 1690, bem como alguns autores como Duarte Ribeiro de Macedo nos revelem a tentativa da introdução do seu fabrico em Portugal no movimento industrializador do Conde de Ericeira, no século XVII. Mas os chapéus finos usados em Portugal até meados do século XVIII continuaram a ser importados das actuais França, Grã-Bretanha, Alemanha, Países Baixos e Itália. A seguir a essa fábrica de Pombal parece caber a uma fábrica do Porto a primazia na produção desta nova classe de chapéus. Trata-se da fábrica pertencente, pelo menos desde 1767, a António José Guimarães, fundada anteriormente, em data desconhecida, por seu pai Domingos Francisco Guimarães que era na altura um dos mais ricos homens de negócio do Porto. Como esta fábrica recebeu o seu

alvará apenas em 25 de Junho de 1773, tem sido ignorada em favor de outras como a de Alexis em Elvas³ ou a de Milliet em Lisboa. Ora, embora a fábrica de Alexis tenha recebido alvará datado de 22 de Agosto de 1769 e não de 22 de Outubro de 1771⁴, a fábrica de António José Guimarães é mais antiga, pois já é referenciada em 15 de Outubro de 1767 no contrato celebrado entre o mestre francês Guilherme Fournol (que nela trabalhara anteriormente antes de ir trabalhar para Pombal) e os Directores da Real Fábrica das Sedas então administrando a Real Fábrica de Chapéus de Pombal. A própria Junta do Comércio, em informação incluída no processo de licenciamento da fábrica de António José Guimarães, datada de 9 de Março de 1773, atribui-lhe esse título ao classificá-la como «a mais antiga estabelecida neste Reyno». A data da sua fundação é uma incógnita que ainda permanece, bem como a respectiva localização.

Graças à acção proteccionista da Junta do Comércio que promulgou diversos diplomas proibindo a importação de chapéus femininos (Resolução de 3 de Maio de 1757) e masculinos (Alvará de 10 de Dezembro de 1770), ao mesmo tempo que proibia a saída das peles nacionais de lebre e coelho (Alvará de 7 de Agosto de 1767) e isentava de direitos de saída os chapéus produzidos pelas fábricas do reino (Alvará de 10 de Dezembro de 1770) e depois também de direitos de entrada nas alfândegas nacionais (Alvará de 22 de Outubro de 1771) os mesmos chapéus, os fabricantes de chapéus finos puderam ultrapassar as dificuldades sentidas até então devido à importação de chapéus estrangeiros e, graças ao já referido Alvará de 25 de Junho de 1773, passaram a importar com isenção de direitos as matérias-primas e outros materiais necessários para a sua laboração.

Por isso, a partir de 1773 e até ao início do século XIX, registou-se uma fase de expansão, surgindo progressivamente em Lisboa, Porto e outros centros do País várias fábricas de chapéus finos que vieram provocar dificuldades aos sombreireiros, pois a clientela urbana de maior categoria social e posses preferia os chapéus de pêlo aos chapéus grossos, ficando os sombreireiros reduzidos aos mercados rurais e das pessoas mais pobres e à tradicional exportação para o Brasil. Porém, no início do século XIX, já alguns fabricantes de chapéus finos, como os de Elvas, se encontravam em crise, devido à conjuntura política e económica, agravada pela imposição de novos direitos a pagar pelos proprietários de fábricas e pela concorrência derivada da multiplicação de produtores desta classe de chapéus. Os fabricantes do Porto, graças às suas relações privilegiadas com o mercado brasileiro, não sofreram tanto esses efeitos negativos, mas as invasões francesas e a Guerra Peninsular, a perda do exclusivo colonial com o Brasil em 1808 e o tratado comercial com a Grã-Bretanha em 1810 atingiram profundamente a produção de chapéus ao privar esta indústria de grande parte da sua mão-de-obra e de alguns empresários, recrutados para o exército, ao mesmo tempo que, temporariamente, eram impedidas as exportações para o Brasil por carência de transportes e os chapéus ingleses passavam a penetrar, primeiro no mercado brasileiro e depois no próprio Reino. Assim, entre finais de 1807 e 1813, verificou-se uma fase de depressão nesta indústria portuense tal como sucedeu com os restantes produtores nacionais. Mas enquanto os fabricantes de outras regiões se queixavam de falta de extracção da sua produção, os fabricantes do Porto apenas se lamentavam, no mapa de fábricas de 1812 e no *Mapa Geral Estatístico* de José Acúrsio das Neves (no caso do Porto referido a 1813), da falta de mão-de-obra habilitada. Por isso, a recuperação industrial e

comercial da indústria chapeleira do Porto verificou-se entre 1811 e 1813, tornando-a a única indústria a continuar a sua antiga extracção para o Brasil, nas palavras do Superintendente da Alfândega do Porto, datadas de 26 de Fevereiro de 1813. A partir de 1810 começaram a surgir novas fábricas o que nos permite considerar que esse novo arranque industrial se tenha verificado entre 1811 e 1813, registando-se portanto uma antecipação de cerca de dois a três anos em relação a outros centros chapeleiros.

De 1813 em diante e até ao início da década de 1820 verificou-se uma nova fase de expansão desta indústria na cidade com a criação de várias fábricas que acabaram por aumentar a concorrência no mercado interno e brasileiro onde enfrentavam os restantes produtores nacionais e os chapéus ingleses. Em 1820, alguns empresários diziam-se a trabalhar conforme as encomendas recebidas, por terem aumentado as dificuldades de recebimento dos seus créditos pelas exportações efectuadas nos anos anteriores, o que os colocava em decadência, segundo as respectivas declarações no mapa de fábricas relativo a esse ano. A independência brasileira não rompeu os laços comerciais dos produtores portuenses e nacionais com o novo país mas, pouco depois, algo de decisivo aconteceu.

A mudança da moda, que passou a preferir os chapéus de pêlo ou pelúcia de seda, verificada a partir do início dessa década de 1820, veio agravar a sua situação. Até agora importados da Grã-Bretanha e França estes chapéus passaram a ser produzidos em Lisboa a partir de finais de 1824 pela modista francesa Elisa Augusta a que se seguiram José Estevão Lefranc & Companhia e em 1827 Lindenberg & C.^ª. No Porto, dois chapeleiros reivindicaram a primazia dessa produção: referimos-nos a António Frederico Sternberg e a Cândido José Simplício. Porém, os primeiros elementos quantitativos oficiais acerca da produção desses novos chapéus dizem respeito ao ano de 1829 e à produção de três das fábricas reais ou privilegiadas. Possivelmente um ou os dois chapeleiros acima referidos iniciaram a sua produção em data anterior, entre 1825 e 1829, mas como não pertenciam a essa categoria de fábricas não foram incluídos nos mapas da Junta do Comércio de 1826, 1828 e 1829 nem no último relativo a 1830. A matéria-prima era fornecida por cinco fábricas portuenses que produziam essa espécie de veludo muito felpudo de um dos lados.

Além da mudança da moda, registou-se em 1825, graças ao Alvará de 4 de Junho desse ano, a revogação da proibição da importação de chapéus estrangeiros, o que provocou o aumento dessas importações até então reduzidas aos chapéus finos e de seda de origem inglesa. Consequentemente, a partir de então, a produção nacional e portuense de chapéus finos sofreu uma grave crise que, no caso do Porto, pode ser documentada a partir do ano de 1828, já que não existem dados estatísticos relativos à produção do ano de 1827. Mas a situação dos fabricantes de Lisboa a partir de 1827-1828 pode esclarecer-nos acerca da profunda alteração registada na chapelaria de feltro de pêlo: algumas fábricas foram obrigadas a encerrar as suas portas, outras laboravam apenas um dia por semana, algumas pagavam os salários em chapéus e os operários despedidos passaram a produzir no seu domicílio chapéus que depois tentavam vender pelas ruas, tal como os seus camaradas de profissão que, por terem recebido o respectivo salário nesta mercadoria, pretendiam transformar em dinheiro os chapéus que lhes tinham cabido, sujeitando-se a perder parte do seu valor para realizar o resto. As fábricas que pretenderam sobreviver foram obrigadas a reconverter a sua produção, abandonando o fabrico dos chapéus finos e dedicando-se agora

à produção dos novos chapéus de seda que necessitavam de muito menos mão-de-obra, por serem muito menos as operações de fabrico, o que deu origem a numerosos despedimentos que tornaram o desemprego uma realidade para grande parte dos chapeleiros. Através dos mapas de fábricas de 1828, 1829 e 1830 podemos constatar essa alteração estrutural na produção portuense que se estendeu também aos chapéus grossos, pois também esse sector sofreu em 1828-1829 graves dificuldades provocadas pela preferência das camadas populares pelos chapéus de palha, de fabrico caseiro e artesanal, que a preços cerca de 10 vezes inferiores passaram a ser vendidos pelos lugares, feiras e ruas das várias regiões e localidades do País.

A nível nacional, esta conjuntura depressiva estendeu-se de 1827-1828 até 1837, levando ao desaparecimento das empresas de maior dimensão surgindo, em contrapartida, algumas novas empresas quase todas voltadas para a produção de chapéus de seda.

No Porto, a situação foi ainda mais grave devido ao prolongado cerco da cidade pelas tropas miguelistas em 1832-1833 que privou os fabricantes das matérias-primas importadas e impossibilitou as vendas para o exterior da mesma. Por isso as fábricas encerraram e os seus trabalhadores e parte dos empresários foram obrigados a empenhar-se na defesa da causa liberal e da cidade.

Apenas a partir de 1835 se verificará o reatamento da produção por parte de algumas das antigas fábricas privilegiadas, como aconteceu com Francisco António do Outeiro e Rodrigo de Sousa Pinto, mas não mais os fabricantes portuenses conseguiram recuperar a sua antiga importância e vigor de que tinham desfrutado até 1827-1828. Enquanto alguns fabricantes de Lisboa e de outros centros produtores, graças à pauta de 1837, tinham conseguido recuperar da depressão e reatar as exportações de chapéus grossos e finos para o Brasil e Espanha, os produtores desta cidade não conseguiram, por falta de meios financeiros próprios e de crédito, aumentar a sua capacidade produtiva e exportadora, limitando-se a vender a sua mercadoria nesta cidade aos clientes da mesma ou das regiões vizinhas e a efectuar esporádicas deslocações às feiras mais importantes do Norte, como as de Vila Real e Viseu. Na própria cidade sofriam uma concorrência dupla: dos fabricantes de Lisboa que vendiam parte da sua produção para as pequenas lojas de chapelaria⁵, chegando mesmo a registar-se na década de 1840 a abertura temporária de dois depósitos pertencentes a duas afamadas fábricas de Lisboa, propriedade de Francisco da Costa Roxo e de Charles Wellenkampk, e a elevada importação de chapéus ingleses, franceses e belgas que comerciantes, escritórios de representações, cabeleireiros, modistas, etc. procuravam vender a uma clientela sugestionada pelo prestígio da sua origem.

Assim, em meados do século XIX, a indústria chapeleira portuense de chapéus de feltro de pêlo e de seda permanecia mergulhada numa fase depressiva que tivera início em 1827-1828 e de que começou lentamente a sair a partir do começo da segunda metade de Oitocentos, tendo só iniciado a sua mecanização em 1866. Extinguiu-se a produção de chapéus grossos, centralizada cada vez mais em Braga, S. João da Madeira e Cambra, por isso a produção portuense assentava nos chapéus finos e nos de seda, mas a já referida concorrência dos fabricantes de Lisboa e estrangeiros impedia o seu desenvolvimento, pelo que as empresas portuenses de meados do século XIX não passavam de algumas unidades de carácter oficial, com uma produção puramente artesanal resultante do trabalho braçal dos seus artistas, que nem sequer eram reconhecidas como fábricas, atendendo à modéstia da sua mão-de-obra.

2. A evolução quantitativa das empresas chapeleiras portuenses

A sua evolução, devido à importante acção proteccionista exercida pela Junta do Comércio até à sua extinção em 1834, divide-se em dois períodos, antes e depois dessa data.

2.1. O período até 1834

Não é possível quantificar, de forma segura, o número de oficinas e fábricas particulares existentes na cidade por não constarem dos mapas de fábricas elaborados por ordem da Junta de Comércio.

Mas uma demonstração da existência de numerosas oficinas de sombreireiros no início do século XIX, mais concretamente em 1804, é-nos revelada num lançamento notarial solicitado pelo Comissário Real de Chapéus, Manuel Brandão de Melo, que nesse documento enumera 45 mestres produtores de chapéus (grossos) destinados ao Arsenal Real. Além deles, outros mestres sombreireiros produziam e vendiam na cidade esta classe de chapéus, exportando parte da sua produção para o Brasil.

No que diz respeito às fábricas particulares, essa ausência de estatísticas oficiais revelou-se mais fácil de ultrapassar já que a maioria das fábricas reais ou privilegiadas, antes de terem acesso a essa categoria, tinham começado a sua existência como simples fábricas sem qualquer tipo de privilégio o que fazia delas meras fábricas particulares. Essa realidade permitiu-nos conhecer mais de perto as suas características que constam dos respectivos autos de vistoria, realizados antes da concessão do alvará pretendido, sendo também ocasionalmente referidos em algumas destas fontes os anos de fundação dessas empresas. Em alguns sumários de testemunhas, ouvidas também antes da emissão do alvará, surgem nessa qualidade diversos empresários ou trabalhadores assalariados de fábricas particulares que nos permitem conhecer a existência dessas empresas de que, em regra, não existem processos nos Arquivos da Junta do Comércio. O mesmo acontece em documentos notariais em que proprietários, artífices ou caixeiros participaram directamente como parte interessada ou como simples testemunhas.

Do conjunto de fontes analisadas resultou a identificação de 10 fábricas particulares que não gozaram, por não os terem solicitado ou lhes terem sido recusados, dos privilégios das suas congéneres classificadas de reais, fábricas estas incluídas no quadro I dos anexos deste trabalho onde enumeramos todas as fábricas de chapéus já conhecidas até 1834, mas outras devem ainda ter existido já que temos notícia de outros mestres fabricantes de chapéus. Seriam proprietários de oficinas e fábricas ou apenas assalariados ao serviço das empresas conhecidas, é uma questão de momento insolúvel por falta de elementos suficientes.

No caso do Porto, a existência de relações, mapas e inquéritos estatísticos, elaborados directamente ou por ordem da Junta do Comércio entre 1777 e 1830, permitiu-nos identificar um numeroso grupo de fábricas reais ou privilegiadas, já que competia a esse tribunal o licenciamento dessas unidades. Também *A Relação das Fábricas de 1788*⁶, da competência da Junta da Administração das Fábricas do Reino e Obras das águas Livres, apresenta uma relação, mais exaustiva do que a de 1777, das fábricas do Reino e desse mesmo ano é o *Mappa de Todas as Fabricas que há em Lisboa, e no Reino...* feito por ordem de Pina Manique que inclui igualmente uma relação de fábricas favorecidas por privilégio real⁷.

Como existem ainda os processos de licenciamento da maior parte destas fábricas portuenses tornou-se possível, através do cruzamento de todas as informações recolhidas, ultrapassar os erros e omissões detectados em alguns destes inquéritos e, com a ajuda de outras fontes como escrituras notariais e livros de impostos, proceder à elaboração do referido quadro I.

A atribuição de um alvará ou licença ao proprietário de uma fábrica não pode ser observada, obrigatoriamente, como sinónimo de criação da empresa pelo que não deve ser entendida como tal, dado registarem-se duas situações diferenciadas: na maior parte das fábricas a sua fundação tinha sido efectuada já há mais ou menos anos e agora o proprietário resolvia requerer a atribuição dos privilégios concedidos pela Junta do Comércio; noutros casos os interessados solicitavam logo, na altura da criação da empresa, esses privilégios que consideravam imprescindíveis à sua laboração. Por isso, se em alguns casos o ano de concessão do alvará ou licença corresponde efectivamente ao ano da fundação da mesma, na maior parte das empresas tal não acontece afirmando os requerentes a maior ou menor antiguidade das mesmas e o seu efectivo funcionamento, como fábrica particular obviamente, afirmações estas que a vistoria e o sumário de testemunhas vinham posteriormente confirmar.

Não são comparáveis, por diferença nos critérios adoptados, dado os fins a que se destinavam, a relação de fábricas de 1777 e as duas de 1788 com os mapas de fábricas existentes, no caso do Porto, para o período entre 1812 e 1830. Enquanto as três primeiras apresentam uma listagem de fábricas privilegiadas até às respectivas datas, incluindo fábricas que nunca chegaram a funcionar por razões diversas, os segundos procuram informar a Junta do Comércio acerca dos estabelecimentos industriais em laboração efectiva no momento desse inquérito. Porém, por descuido, falta de empenho ou divergência de critérios acerca dos estabelecimentos que deveriam ser considerados fábricas por parte dos funcionários encarregados dessa tarefa, o certo é que, em muitos desses mapas, foram omitidas várias fábricas, chegando-se ao extremo de não serem incluídas 50% ou a maioria das fábricas em determinados anos. Esta realidade leva-nos a incluir, no fim da análise quantitativa das fábricas até 1830, um gráfico em que procedemos à separação entre as fábricas referenciadas nos vários mapas existentes e as restantes neles omitidas que foi possível identificar a partir de outras fontes.

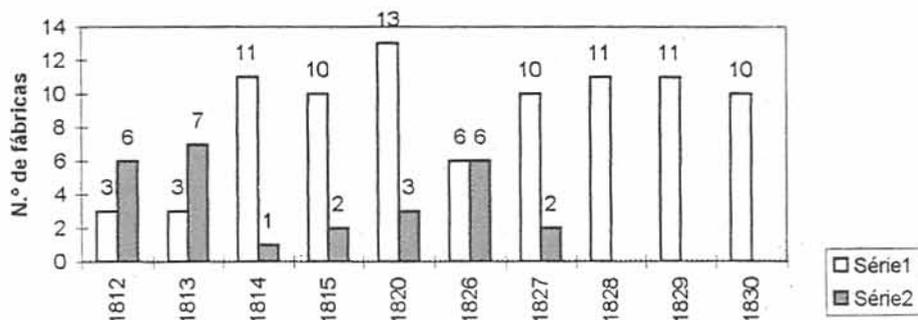
A evolução do número de fábricas reais ou privilegiadas no Porto entre 1750 e 1834 decorreu da seguinte forma⁸:

Até 1777, foram concedidas três autorizações, duas delas ao mestre francês Luís Fournol e a restante a António José Guimarães, tendo delas resultado a laboração das duas primeiras fábricas de chapéus finos da cidade. Entre 1777 e 1788 foram concedidas mais quatro, mas a única fábrica em efectivo funcionamento foi a de Domingos do Rosário que no início da década de 1790 era a única em actividade. Pouco depois, João Pedro Salabert e Manuel António de Madureira (este pela segunda vez) foram autorizados a estabelecer as suas fábricas, passando o Porto a contar com 3 fábricas privilegiadas. A partir de finais do século XVIII surgiram mais 6 fábricas pelo que, nos inícios do século XIX, estavam em funcionamento, no Porto, 9 fábricas, mais 1 em Gaia⁹. Algumas destas fábricas pouco tempo se mantiveram em laboração, uma por falência e outras por motivos diversos, o que, apesar do licenciamento de 2 novas unidades

em 1806, provocou uma diminuição das fábricas em efectiva laboração em 1807 pois, confirmadamente, nesse ano apenas 6 funcionavam: Domingos do Rosário, João Pedro Salabert, João Pedro de Oliveira Lopes, Anselmo Ferreira, José Coelho do Nascimento e José Pedro Cardoso e Silva (que substituíra Manuel Pinto do Couto Leitão por falecimento deste). Estaria mais alguma das restantes em actividade? É provável, mas não encontramos qualquer informação que nos habilite a sustentar semelhante hipótese e, pelo contrário, parece que a sua extinção ou não entrada em funcionamento foi uma realidade. Apesar das invasões francesas e de todas as consequências que delas advieram, as 6 fábricas em funcionamento em 1807 mantiveram a sua actividade, apesar de afectadas pelo recrutamento para o exército anglo-luso que lhes levou parte da mão-de-obra e dois dos empresários. A partir de 1810 novas unidades surgiram, 1 nesse ano, 2 em 1811 e outra em Março de 1813, elevando para 9 e 10 o número de fábricas em actividade respectivamente em 1812 e Maio de 1813, datas do mapa de fábricas de 1812 e do *Mapa Geral Estatístico* de José Acúrsio das Neves. Por isso, não é aceitável a indicação de apenas 3 fábricas por parte dessas fontes e ainda em 1813 receberam licença mais 2 fábricas o que elevou para 12 o número de fábricas em actividade nos finais desse ano. O mapa de fábricas de 1814 já inclui 11 destas empresas, omitindo apenas a de José António Alves Pereira, e o de 1815 mantém essa omissão e ainda não inclui a de Joaquim José Pinto da Silva & C.^a que passara a ocupar as instalações de Anselmo Ferreira. Entre 1815 e 1820 desapareceram algumas fábricas, como as de João Pedro Salabert, Manoel António Vidal & C.^a e João Garcia de Aguiar e Silva & C.^a, mas o número de fabricantes subiu graças ao aparecimento de 7 novas empresas. Porém o mapa de 1820 identifica apenas 13, quando nesse ano estavam pelo menos 16 em actividade, surgindo mais 1 em 1821¹⁰, outra em 1822, 3 em 1824 e 1 em 1825. O aparecimento destas novas fábricas foi acompanhado pelo desaparecimento da maior unidade produtora, a de Rita Ana Guimarães de Cássia e Filhos, e de outras unidades mais pequenas como as de José Pedro Cardoso e Silva, Maria Ermelinda do Espírito Santo, Manuel Pereira de Novais, Félix Tomás de Magalhães, Araújo & C.^a, Domingos Cardoso Vítor e Plácido Lino dos Santos Teixeira, desaparecimento este provocado pelas dificuldades de recebimento dos valores das exportações realizadas para o Brasil, pelo aumento da concorrência na venda de chapéus finos, devido à proliferação de fabricantes e pela nova moda dos chapéus de seda que veio diminuir a extracção do seu artigo. O número de fábricas em actividade diminuiu passando para 12 em 1826 e 1827, apesar de os respectivos mapas omitirem 6 e 2 dessas empresas, agravando-se a situação dos produtores portuenses a partir de 1827-28 com o incremento da moda e consequente aumento da produção nacional de chapéus de seda que era ainda agravada pelo aumento das importações dessa categoria de chapéus e de chapéus finos de origem inglesa e francesa. O número de fábricas caiu para 11 em 1828 e 1829 e para 10 em 1830, apesar da criação de 2 novas fábricas em 1830 e da inclusão de uma outra licenciada em 1816, que nunca fora incluída nestes mapas, devido ao desaparecimento de várias das empresas mais antigas, como foi o caso de Domingos José Alves Nobre, D. Maria Carmina Almeida Leitão e irmã (a velha fábrica de Domingos do Rosário), Joaquim Marques de Oliveira, Joaquim José Pinto da Silva & C.^a e da recente empresa de José António da Silva Campos.

A diferença entre as fábricas incluídas e omitidas nestes mapas pode ser documentada através do seguinte gráfico que nos dá uma visão imediata da realidade portuense ao longo deste período:

EVOLUÇÃO DAS FÁBRICAS DE CHAPÉUS PRIVILEGIADAS DO PORTO ENTRE 1812 E 1830



Série 1 - Segundo os mapas de fábricas respectivos

Série 2 - Fábricas omitidas nesses mapas

Não existem mapas da Junta do Comércio para o Porto a partir de 1830 mas, com o cerco desta cidade pelo exército miguelista, as fábricas ainda existentes foram forçadas a encerrar as suas portas, pelo que a produção de chapéus portuense registou uma paragem que só terminou em 1834. A partir dos elementos recolhidos nos livros de recenseamento para efeito do aboletamento do exército libertador, elaborados em 1832-33, podemos concluir que parte das fábricas privilegiadas, bem como outras unidades produtivas, ainda existiam quando se iniciou o cerco, pois 5 das 10 fábricas incluídas no mapa de 1830 são referenciadas nesse numeramento, juntamente com outros chapeleiros que teriam sucedido a fábricas antigas, assim como outros fabricantes que não foram incluídos em qualquer fonte anterior.

A partir de todos estes elementos, podemos concluir que o número de fábricas privilegiadas licenciadas no Porto alcançou um total de 37 empresas, a que devemos acrescentar mais 2 localizadas em Gaia, então parte integrante da cidade, tendo 2 outros pedidos de privilégio (1 de Valbom e outro do Porto) sido recusados. Mas nem todos esses alvarás e licenças deram origem a fábricas já que, pelo menos em três casos, tal parece não ter acontecido (Manuel Grelho, Luís Fournol em 1780 e António José de Freitas Guimarães) pelo que o número de fábricas privilegiadas que na cidade do Porto produziram efectivamente chapéus finos deve ser reduzido para 34, no período entre 1750 e 1834.

2.2. O período entre 1834 e 1852

Escasseiam as fontes estatísticas oficiais após 1834, pois existem apenas dois mapas de fábricas, elaborados em 1845-46 e 1852. Só o primeiro referencia uma fábrica no Porto, já que no segundo apenas foram consideradas fábricas os estabelecimentos com mais de 10 operários, o que explica a ausência das duas

pequenas fábricas portuenses que outra estatística do mesmo ano, relativa à instrução dos operários, identifica.

Desaparecida, com a extinção das corporações e da Junta do Comércio, em 1834, a divisão entre oficinas, fábricas particulares e privilegiadas, as diferentes empresas produtoras passaram a confundir-se indistintamente sob o título genérico de oficinas ou fábricas, atendendo à sua reduzida dimensão em termos de mão-de-obra, mantendo o carácter oficial que se tornara predominante após a crise de 1827-28 e os processos totalmente artesanais ao longo de todas as fases da produção.

Essa falta de elementos oficiais levou-nos a encetar uma demorada pesquisa em outras fontes que pudessem colmatar essa carência para o que recorreremos à imprensa periódica, a almanaques, a escrituras notariais e a diversa bibliografia.

A partir destas fontes, registamos o recomeço de actividade de alguns antigos fabricantes privilegiados como Francisco António do Outeiro e Rodrigo de Sousa Pinto, sendo provável que outros antigos chapeleiros como Miguel António Garcia, Manuel António Alves Souto e Manuel José Palmeira lhes tivessem seguido as pisadas. Alguns proprietários de antigas fábricas particulares como António Frederico Sternberg, Cândido José Simplício e Lino Eleutério fizeram o mesmo, surgindo novas fábricas como as pertencentes a João Nunes (fundada em 1834), Viúva Ulrich & Companhia (em 1835) e Luís António Alves (já em laboração em 1837) o que elevou o número de fábricas conhecidas em funcionamento efectivo para 8. Este número está porém longe das 20 fábricas e oficinas de chapéus que, segundo uma representação apresentada à rainha por numerosos proprietários e mestres de vários ramos da indústria portuense datada de 22 de Agosto de 1836, então funcionavam nesta cidade. Os restantes seriam, naturalmente, parte dos mestres chapeleiros identificados no recenseamento já citado de 1832-33, onde se podem encontrar mestres como João Evangelista das Neves e António José de Almeida, que tinham assegurado a direcção técnica, até ao seu encerramento, em duas das fábricas privilegiadas da cidade e que, tudo indica, se tinham mantido no mesmo local agora presumivelmente à frente dos seus próprios estabelecimentos. Além deles outros mestres como João Garcia, incluídos nesse recenseamento, teriam regressado à actividade, como se pode depreender da análise de alguns apelidos que voltaremos a encontrar em 1854, constituindo exemplos das tradicionais dinastias de chapeleiros que nesta cidade foram uma realidade, juntando-se aos fabricantes que acima identificamos. O inquérito industrial de 1845-46 apenas inclui uma fábrica, a de João Nunes, o que não parece corresponder à realidade da cidade, atendendo a que, pouco depois, referindo-se ao ano de 1848, o jornal *O Nacional*, em notícia datada de 17 de Maio de 1850, esclarecia uma outra notícia, publicada dias antes acerca dos estabelecimentos industriais em funcionamento na cidade em que não incluía os produtores de chapéus, dizendo que as fábricas de chapeleiros que não quantificava ocupavam então bastantes braços. A estatística industrial de 1852 não inclui qualquer chapeleiro portuense, pelas razões já explicitadas, mas a estatística acerca da instrução dos operários revela-nos a existência de 2 pequenas fábricas, pertencentes a João Nunes de Sousa (que julgamos tratar-se do mesmo João Nunes incluído no mapa de 1845-46) e a João Nunes de Sousa Júnior. Cada uma destas fábricas empregava 5 operários, o que entra em contradição com a referida notícia da chapelaria empregar bastantes braços. Quantas fábricas e oficinas de chapelaria estariam em 1852 em actividade? Várias, como por exemplo a Maia e Silva (fundada em 1848) e a Fábrica Social (fundada precisamente

em 1852), tendo-se estabelecido em 1851 João Arsénio Freire e João José de Almeida o que, juntamente com as 2 fábricas incluídas nessa estatística de 1852 e a inclusão de chapeleiros conhecidos como Francisco António do Outeiro, Cândido José Simplício e João Garcia, bem como a viúva de António Frederico (recentemente falecido), na lista de chapeleiros incluídos no *Almanak Commercial Judicial e Administrativo do Porto e seu Districto para o anno de 1854-1855*¹² (que omite as duas fábricas incluídas nessa estatística de 1852), eleva para 10 empresas o total de fábricas e oficinas reconhecidamente em actividade nesse ano. Mas deviam ser mais, já que o referido almanaque enumera mais 6 empresas chapeleiras de que se desconhece de momento a respectiva data de fundação, elevando para 16 o total de chapeleiros em actividade em 1854. Assim, a partir destes elementos, é possível corrigir a falta de rigor das estatísticas oficiais e assistir aos primeiros passos na recuperação deste sector tradicional que voltará na segunda metade de Oitocentos a ocupar um lugar de destaque entre as indústrias da cidade.

Conclusão

A importância da indústria chapeleira portuense ao longo do período entre 1750 e 1852 reflectiu, naturalmente, as fases de expansão e depressão que descrevemos. Entre 1750 e 1834 as empresas produtoras distribuíam-se por três categorias de estabelecimentos, oficinas de sombreiros, fábricas particulares e fábricas privilegiadas, das quais só as últimas, graças à existência de documentação oficial, podem ser quantificadas, registando-se a existência, ao longo desse período, de 37 fábricas licenciadas na cidade do Porto, entre elas a mais antiga fábrica de chapéus finos, propriedade de um particular, que se conhece em Portugal pertencente a António José Guimarães.

Os períodos de maior expansão desta indústria registaram-se entre o início da década de 1790 e 1806 e entre 1811 e o início da década de 1820, tornando-se a chapelaria, segundo o Mapa de Fábricas de 1814, a terceira indústria da cidade com 11 fábricas privilegiadas, atrás das fábricas de tecidos de seda do largo com 68 fábricas e das de tecidos de seda do estreito com 20.

A partir de meados da década de 1820, principalmente a partir de 1827-28, devido às importações e à preferência do público pelo chapéu de seda, a sua importância no tecido empresarial e industrial da cidade diminuiu, entrando a produção de chapéus finos numa longa fase depressiva, que se prolongou até meados do século, caracterizada pela extinção gradual das principais empresas, optando as restantes por uma imprescindível reconversão, pelo que muitas delas passaram a produzir também essa nova classe de chapéus.

De 1830 em diante acentuou-se o carácter oficial dessas empresas, com uma média de 5 operários por empresa, pelo que apenas uma fábrica portuense foi incluída no inquérito oficial de 1845-46, não sendo qualquer uma das existentes incluída na estatística industrial das fábricas de 1852. Apesar dessa omissão, a indústria chapeleira desta cidade contava, em meados do século, com numerosos produtores dos quais podemos identificar pelo menos 10 em 1852 e 16 em 1854, registando-se a partir de meados do século XIX um movimento gradual de recuperação que fará novamente desta indústria uma das principais da cidade na segunda metade de Oitocentos.

QUADRO I – FÁBRICAS PARTICULARES E REAIS OU PRIVILEGIADAS DE CHAPÉUS NO PORTO ENTRE 1750-1834

| ALVARÁ, LICENÇA OU PROVISÃO DAS FÁBRICAS QUANDO PRIVILEGIADAS | NOME DOS PROPRIETÁRIOS | LOCALIZAÇÃO |
|--|---|---|
| A. 22 de Outubro de 1771 L. 21 de Julho de 1775 | Luiz Fournol & C. ^a Luiz Fournol e Manoel Francisco Guimarães | — |
| A. 25 de Junho de 1773 | Antonio Joze Guimarães (fundada antes de 1767 por seu pai Domingos Francisco Guimarães) | — |
| L. 12 de Agosto de 1778 | Manoel Joze Ferreira Grelho | — |
| L. 17 de Março de 1780 | Luiz Fournol | — |
| L. 8 de Abril de 1780 P. 25 de Fevereiro de 1814 | Domingos do Rozario do Nascimento e Almeida Domingos do Rozario, Joze Lourenço da Silva e D. Maria Carmina Almeida Leitão Joze Lourenço da Silva, D. Maria Carmina Almeida Leitão e D. Coleta Cândida Almeida Leitão D. Maria Carmina Almeida Leitão e D. Coleta Cândida Almeida Leitão | Vieira do Carregal, depois Rua de S. Sebastião Rua de S. Sebastião (Largo de S. Sebastião) Rua Chã n.º 33-34 Rua Chã n.º 33-34 |
| L. 29 de Maio de 1780 P. 7 de Fevereiro de 1793 P. 19 de Outubro de 1796 P. 17 de Julho de 1806 | Manuel Antonio Madureira Manuel Antonio de Madureira, Joze Luiz Coelho de Almeida & Comp. e Ignacio Vieira Soares Joze Coelho do Nascimento e Antonio Pinto Ribeiro de Carvalho Peixoto Joze Coelho do Nascimento, João Francisco de Guimaraens, Antonio de Moraes Cardozo Garces e Jose Antonio de Souza Gomes João Francisco de Guimaraens e Joze Coelho do Nascimento João Francisco de Guimaraens Manoel Joze Tavares de Pinho & Comp. | Rua Nova da Boa Vista (Rua do Sol) Rua Nova da Boa Vista (Rua do Sol) depois Rua do Laranjal Rua da Fábrica do Tabaco n.º 51 (Largo da Fábrica do Tabaco n.º 16-19) Rua da Fábrica do Tabaco n.º 51 |
| P. 27 de Março de 1792 Recusada licença em 20 de Fevereiro de 1812 | João Pedro Salabert (e) Marianna Joaquina Salaberte | Rua do Paraíso (R. do Bonjardim) depois Vieira do Ferraz e mais tarde Rua da Calçada dos Clérigos n.º 27-29 |
| Recusada licença em 7 de Maio de 1792 | Damião de Almeida Leal | Valbom ou outra parte do País excepto Lishoa |
| P. 23 de Novembro de 1799 P. 6 de Dezembro de 1806 P. 24 de Novembro de 1814 | João Pedro de Oliveira Lopes | Rua de S. Crispim n.º 1-5 e na Rua do Sol n.º ? Rua de S Crispim n.º 1-5 e Rua do Sol n.º 91 |
| P. 4 de Agosto de 1800 | Manoel Joaquim Lombrat | Bairro de Miragaia (Rua da Porta Nova) |
| P. 21 de Maio de 1801 | João Pereira da Cruz Lima e Thomas Costa | Rua Nova de Almada |
| P. 11 de Agosto de 1801 | Anselmo Ferreira | Rua da Ponte Nova depois Rua das Flores n.º 71 |
| P. 2 de Setembro de 1802 P. 15 de Novembro de 1808 | Joze Coelho do Nascimento Rita Anna Guimaraens de Cassia e Filhos | Rua da Fábrica do Tabaco depois Rua Nova de Santo António s. n. depois n.º 29 D - 29 O |

| ALVARÁ, LICENÇA OU PROVISÃO DAS FÁBRICAS QUANDO PRIVILEGIADAS | NOME DOS PROPRIETÁRIOS | LOCALIZAÇÃO |
|---|--|---|
| P. 21 de Fevereiro de 1804 P. 6 de Outubro de 1807 | Manoel Pinto do Couto Leitão e D. Elena Joaquina Teixeira Joze Pedro Cardozo Silva e Companhia de Joze Pedro Cardozo e Silva e D. Elena Joaquina Teixeira Joze Pedro Cardozo Silva | Rua da Calçada dos Clérigos n.º 17 A mesma, depois Rua de Santo António n.ºs 33-35 depois n.ºs 51-53 |
| P. 3 de Novembro de 1804 | Manoel Brandão de Melo e Antonio Ferreira de Moura | Vila Nova de Gaia |
| Fábrica particular em funcionamento em 1805 | Manuel Libório | Bairro Alto |
| Fábrica particular em funcionamento em 1805 | José Gonçalves | R. do Bonjardim |
| P. 18 de Agosto de 1806 | Antonio Joze de Freitas Guimaraens | — |
| Fábrica particular existente em 1808 | Manoel Moreira da Silva | R. de S. Domingos |
| Fábrica particular existente em 1808 | João José das Neves | — |
| P. 20 de Março de 1810 P. 16 de Fevereiro de 1826 | Joaquim Marques de Oliveira Joaquim Marques de Oliveira e Joaquim Joze Duarte e Souza Joaquim Marques de Oliveira Manoel Marques Nogueira (tutor dos filhos do proprietário falecido no ano anterior) | Rua Nova de Santo António n.ºs 39-41 — |
| P. 28 de Maio de 1811 | Manoel Antonio Vidal e C. ^a | Lugar da Póvoa de Baixo |
| P. 19 de Novembro de 1811 | Joze Diogo Vieira da Costa e João Garcia de Aguiar e Silva (Firma João Garcia de Aguiar e Silva & C. ^a) | Rua Formosa n.ºs 18-19 |
| P. 5 de Março de 1813 | Manoel Antonio Alves Souto | Largo das Virtudes (Passeio das Virtudes n.ºs 1-3) depois Rua (Nova) da Bandeirinha e Rua de Santo António n.ºs 154-155 depois n.ºs 156-157 |
| A. 6 de Julho de 1813 | Domingos Joze Alves Nobre e Comp. ^a | Rua Nova de Santo António n.º 26 |
| P. 29 de Julho de 1813 | Joze Antonio Alves Pereira Maria Ermelinda do Espírito Santo | Rua Nova de Almada n.ºs 9-14 Rua de Santo António s. n. (Viela da Neta n.º 20) |
| Fábrica particular fundada em 1813 | Joze Antonio Lopes Guimaraens | R. de Santo António n.ºs 167-168 |
| P. 20 de Novembro de 1815 | Joaquim Joze Pinto da Silva & Comp. de Joaquim Joze Pinto da Silva e Joze Luis Teixeira de Miranda | Rua das Flores n.º 71 D |
| P. 1 de Fevereiro de 1816 | Felix Thomas de Magalhães e Comp. | Rua Nova de Santo António n.ºs 167-168 |
| P. 8 de Junho de 1816 | Manoel Pereira de Novaes | Rua do Bonjardim (depois Rua de Santo António n.º 17) |
| P. 8 de Janeiro de 1818 | Plácido Lino dos Santos Teixeira | Rua Nova de Santo António n.ºs 20-21 |

| ALVARÁ, LICENÇA OU PROVISÃO DAS FÁBRICAS QUANDO PRIVILEGIADAS | NOME DOS PROPRIETÁRIOS | LOCALIZAÇÃO |
|---|---|---|
| P. 30 de Maio de 1818 | Domingos Cardozo Victor & Comp. de Domingos Cardozo Victor e João Antonio de Sousa Guimaraens | Rua da Calçada dos Clérigos n.ºs 27-29 |
| P. 16 de Junho de 1818 | Bento Joze Vieira (de Souza) | Rua da Cordoaria Velha depois Rua de Santo António n.ºs 161-162 e depois Rua do Bispo |
| Recusada licença em 28 de Setembro de 1818 | Francisco Joze Ribeiro Souto | Praça do Campo de Santo Ovídio n.ºs 59-61 |
| P. 17 de Dezembro de 1819 | Araujo & Companhia de Antonio Joze d'Araujo e Antonio José Martins | Rua de Santo António n.ºs 144-147 e Travessa de Liceiras n.ºs 8-11 |
| P. 8 de Janeiro de 1820 | Rodrigo de Souza Pinto | Rua de Santo António n.ºs 29 A - 29 C depois 139-140 |
| P. 18 de Agosto de 1821 | Joze Antonio de Bastos Guimarães | Rua das Palhacinhas (Gaia) |
| Fábrica particular P. 3 de Novembro de 1824 | Garcia, Rodrigues & Otero de Miguel Antonio Garcia (Aroza Branco), Francisco Antonio Rodrigues e Francisco Antonio Otero Miguel Antonio Garcia (Aroza Branco) | Rua Nova de S. Marçal e loja na Rua Nova de Santo António n.ºs 161-162 Sítio de S. Marçal depois Rua do Bispo n.ºs 15-16 e mais tarde na Rua de Santo António n.ºs 15-16 |
| P. 17 de Abril de 1822 | Manoel Joze d' Andrade | Rua de Santo António n.ºs 33-35 |
| Fábrica particular fundada em 1822? | Lino Eleuterio | R. de Santo António n.ºs 70 A-70 B |
| P. 6 de Abril de 1824 | Manoel Pinto de Moraes e Comp. ^a | Rua de Santa Catarina n.º 30 |
| P. 30 de Julho de 1824 | Joze Luis Marreiros e Comp. | Rua da Calçada dos Clérigos |
| P. 26 de Agosto de 1824 | Manoel Joze Palmeira | Rua do Bonjardim (sítio do Bairro Alto) n.ºs 65-65 A, depois Rua de Santo António |
| P. 28 de Julho de 1825 P. 26 de Maio de 1835 | Francisco Antonio Outeiro | Rua do Bispo n.ºs 52-54 e armazém na Rua de Santo António |
| P. 5 de Janeiro de 1830 | Joze Antonio da Silva Campos | Rua de Santo António |
| P. 27 de Outubro de 1830 | Joze Moreira de Lima | Rua de Santo António |
| P. Junho de 1816 | Antonio Joze Martins de Oliveira | Rua de S. Domingos |
| Fábrica particular fundada antes de 1832 | Antonio Frederico Sternberg | R. de Santo António n.ºs 108-109 |
| Fabrica particular fundada antes de 1834 | Candido Joze Simplício | R. de Santo António n.ºs 115-116? |

QUADRO II – FÁBRICAS E OFICINAS DE CHAPÉUS DE FELTRO E DE SEDA EM LABORAÇÃO NO PORTO ENTRE 1834 E 1854

| ANO DE FUNDAÇÃO | NOME DOS PRIMEIROS PROPRIETÁRIOS | LOCALIZAÇÃO |
|-----------------|---|---|
| 1820 | Rodrigo de Souza Pinto | R. de Santo António n.º 139-140 |
| 1822 ? | Lino Eleutério | R. de Santo António n.ºs 70 A-70 B depois n.ºs 86-89 |
| 1825 | Francisco António do Outeiro | R. de Santo António n.ºs 161-162 depois n.º 216 |
| Antes de 1832 | António Frederico Sternberg | R. de Santo António n.ºs 108-109 depois n.º 211 |
| Antes de 1832 | João Garcia | R. de Santo António n.ºs 6-7 depois n.º 222 |
| Antes de 1834 | Candido José Simplício | R. de Santo António n.ºs 115-116 depois n.º 193 |
| 1834 | João Nunes (de Souza) | R. do Bonjardim n.º 322 |
| 1835 | Viúva Ulrich & Companhia de Maria do Carmo Ulrich e José António Antunes Pereira Sam Paio | ? |
| Antes de 1837 | Luís António Alves | R. de Santo António n.º 136 |
| 1845 a 1852 | João Nunes de Souza Júnior | R. do Bonjardim n.º 270 |
| 1848 | Maia e Silva de António Manuel da Costa Maia e Silva | R. de Santo António n.º 32 |
| 1851 | João Arcenio Freire | R. de Santo António n.º 39 |
| 1851 | João José d'Almeida | R. das Flores n.º 15 |
| 1852 | Fábrica Social de Jacinto José Gonçalves | Alto da Fontinha Loja - R. de Santo António n.º 224 |
| Antes de 1854 | José de Pinho (Valente Júnior) | R. das Flores n.º 12 |
| Antes de 1854 | Luís José de Figueiredo | R. de Santo António n.º 69 |
| Antes de 1854 | António José Rodrigues Godinho | R. de Santo António n.º 181 |
| Antes de 1854 | António Gonçalves Nogueira | R. de Santo António n.º 178 |
| Antes de 1854 | Gregório Rodrigues Outeiro | R. de Santo António n.º 218 |
| Antes de 1854 | Neves & C.ª | R. de Santo António n.º 176 |

NOTAS

1. Este texto recupera alguns dos principais aspectos abordados na dissertação de mestrado apresentada em 1997 à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tornando-se porém necessárias algumas alterações formais e de conteúdo, atendendo à extensão da referida dissertação que teve por título *A Indústria Chapeleira Portuense entre 1750 e 1852* e onde poderão ser encontradas as referências e citações relativas a fontes e bibliografia apresentadas ao longo deste trabalho.
2. Indústria chapeleira no sentido clássico de produção de chapéus de feltro e mais tarde de seda.
3. Com capitais de Jácome Ratton segundo a versão deste industrial, que se vangloria nas suas *Recordações* de ter criado com os seus próprios fundos a primeira fábrica de chapéus finos que por conta de um particular houve no Reino.
4. Como refere Jorge Borges de Macedo em *A Situação Económica no Tempo de Pombal - alguns aspectos*, 3.^a edição, Lisboa, Gradiva, 1989, p. 210.
5. Chapelaria aqui no sentido de loja que apenas efectuava a venda de chapéus ou então a sua apropriação e posterior comercialização.
6. Publicada a partir do original existente no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas por Luís Fernando de Carvalho Dias.
7. Publicado por Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal (1750-1807)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1982, vol. 6, pp. 202-204.
8. As datas de concessão dos respectivos alvarás ou licenças encontram-se no Quadro I incluído nos anexos.
9. Então incluída na cidade do Porto.
10. E uma segunda em Gaia.
11. Não incluindo as 2 de Gaia.
12. Porto, Typographia de J. L. de Sousa, 1854, pp. 375-376. primeiro ano de publicação.

